



Lei de Responsabilidade das Estatais segue para sanção

Jonas Pereira/Agência Senado



Renan preside a sessão e diz que o projeto aprovado vai ajudar a combater corrupção e casos de má gestão nas estatais

Senadores acreditam que normas aprovadas ontem em Plenário vão ajudar a combater corrupção em empresas públicas e sociedades de economia mista

Projeto aprovado ontem no Senado estabelece regras para compras, licitações e contratação de dirigentes realizadas por empresas públicas e sociedades de economia mista, como a Petrobras. Todo ano as empresas terão que divulgar carta com dados operacionais e financeiros que evidenciem os custos da operação. Quando houver suspeita de o presidente da empresa estar envolvido em irregularidades, a área em questão deverá se reportar diretamente ao conselho de administração.

O relator do projeto, senador Tasso Jereissati, rejeitou a maior parte das emendas feitas na Câmara dos Deputados. Ele argumentou que as mudanças iam contra a ideia de profissionalização da gestão das empresas estatais. Tasso acatou só três emendas. Elas afastam a possibilidade de choque com a Lei das Sociedades Anônimas e aumentam o rigor nos critérios de escolha dos membros dos conselhos de administração — experiência como profissional liberal, por exemplo, passa a ser exigência. **3**

Supersimples passa hoje por nova votação

As regras que atualizam o enquadramento das pequenas empresas e dos microempreendedores individuais no Supersimples foram aprovadas ontem por unanimidade em primeira votação, com 65 votos a favor. Hoje serão submetidas ao turno extra de votação por ser substitutivo de Marta Suplicy ao projeto do ex-deputado Barbosa Neto. Se aprovado, o texto retorna à Câmara devido às modificações feitas no Senado. **3**

Proteção à mulher sem consulta a juiz não é consenso

Em debate sobre mudanças na Lei Maria da Penha, a sugestão de permitir ao delegado de polícia a aplicação de medidas protetivas de urgência às vítimas de violência doméstica antes de o pedido de proteção ser analisado por um juiz dividiu opiniões. A maioria dos participantes considerou que a alteração poderá desequilibrar o sistema jurídico, mas muitos argumentaram que é preciso urgência no socorro à mulher e aos seus dependentes. **4**

Comissão de Aeronáutica será presidida por Vicentinho Alves

A comissão que vai analisar a proposta de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica deve ser instalada na próxima semana e será presidida pelo

senador Vicentinho Alves. O Senado recebeu ontem o anteprojeto de um novo marco regulatório do setor, fruto do trabalho de especialistas. **8**

Jane de Araújo/Agência Senado



Vicentinho discursa durante entrega de relatório da comissão de especialistas



Pepe Vargas fala à Comissão do Impeachment, ao lado de Anastasia e Lira

Ex-ministros de Dilma defendem decretos de crédito suplementar

Pepe Vargas e Miriam Belchior disseram à Comissão do Impeachment que as suplementações orçamentárias alvo da denúncia contra a pre-

sidente afastada não geraram novas despesas. Servidores do Ministério da Justiça também falaram à comissão, que hoje ouve mais três testemunhas. **5**



Wellington Fagundes acerta emendas com Arthur Lira, que preside CMO

Relatório à LDO garante emendas impositivas às bancadas estaduais

Começa hoje o prazo para emendas ao relatório preliminar sobre o projeto da LDO de 2017, com término no dia 29. O relatório de Wellington

Fagundes, aprovado ontem pela Comissão de Orçamento, assegura às bancadas estaduais emendas de execução obrigatória. **7**

Avança reajuste para Ministério Público da União **6**

Rose de Freitas é líder do governo no Congresso **2**

Senado deve ouvir cidadão sobre banda larga, diz Lasier **8**

Participação social na gestão do PPA será avaliada **2**

Reunião de senadores com Meirelles será terça **7**

Comissões mistas para analisar 9 MPs são instaladas **2**

Renan informa retomada da Agenda Brasil **3**

Redução de IR para remessas ao exterior tranca a pauta **2**

Pedro Franco/Agência Senado



Em reunião dirigida pelo vice-presidente da comissão, João Capiberibe, plano de trabalho de Wellington foi aprovado

Participação social no PPA será avaliada pelo Senado

Comissão de Transparência vai examinar como a sociedade tem participado na escolha e na gestão de programas e políticas públicas do governo federal. Um dos focos é o Plano Plurianual 2016–2019

A COMISSÃO DE Transparência e Governança Pública (CTG) aprovou ontem o plano de trabalho para avaliar a política pública do Poder Executivo de participação social na formulação e implantação de programas. Um dos focos do plano proposto pelo senador Wellington Fagundes (PR-MT) deve ser o Plano Plurianual 2016–2019 (PPA).

Entre os objetos da avaliação, estão as abordagens e os instrumentos de participação social adotados pelo Executivo na formulação e gestão de planos, programas e políticas públicas.

Como critérios de avaliação, conforme explicitou Wellington no plano, estão

a observância das condições necessárias ao exercício da participação social, além da efetividade da participação, inclusive por meio da aferição da percepção da sociedade.

Debates

A partir de julho serão feitas três audiências públicas, duas no Senado e uma em Cuiabá, com o objetivo de fornecer subsídios ao relatório.

A primeira terá como tema “O papel e os instrumentos de participação social segundo o enfoque da sociedade civil”. Serão convidados representantes do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea) e da

Transparência Brasil.

A segunda audiência será em Cuiabá e terá como tema “A participação social pelo enfoque dos atores subnacionais”, com representantes da Secretaria de Planejamento do estado, da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, da Associação de Municípios e de entidades da sociedade civil.

Já o terceiro debate terá como tema “O papel e os instrumentos de participação social segundo o enfoque dos órgãos federais”. Devem participar representantes da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério do Planejamento, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Poder Legislativo.

Instaladas nove comissões mistas para análise de MPs

O Congresso instalou ontem nove comissões mistas para análise de medidas provisórias em tramitação no Parlamento. Entretanto, não houve acordo entre os partidos para a indicação dos presidentes e relatores dos colegiados, como explicou o senador Benedito de Lira (PP-AL), que presidiu os trabalhos. As reuniões foram suspensas e tiveram as reaberturas agendadas para terça-feira.

Entre as MPs a serem analisadas por senadores e deputa-

dos, está a 726/2016, primeira editada pelo presidente interino Michel Temer, que trata da reorganização da Presidência da República e dos ministérios. Conhecida como MP da Reforma Administrativa, fundiu ministérios, como o da Ciência e Tecnologia com o das Comunicações, e o da Educação com o da Cultura, este último recriado após pressão da classe artística. A recriação do Ministério da Cultura está prevista na MP 728/2016, também aguardando análise

do Congresso.

Além delas, há a MP 723/2016, que prorroga o Programa Mais Médicos, e a MP 725/2016, a última editada pela presidente Dilma Rousseff antes do afastamento. Essa MP altera a legislação dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) e dos Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCAs) para possibilitar a emissão desses títulos de crédito com correção pela variação cambial.

Medida sobre remessas ao exterior tranca a pauta

Foi lida em Plenário ontem a Medida Provisória (MP) 713/2016, que reduz de 25% para 6% o Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre remessas ao exterior para o pagamento de serviços referentes a gastos pessoais com turismo, negócios ou missões oficiais. A redução

vale para até R\$ 20 mil por mês. Com validade até 29 de junho, a MP passa a trancar a pauta do Senado.

A medida também isenta a remessa ao exterior para fins educacionais ou culturais, inclusive para pagamento de taxas escolares, taxas de inscrição em congressos,

conclaves, seminários ou assemelhados e de taxas de exames de proficiência. Na saúde ficam livres as transferências para o custeio de despesas médico-hospitalares com tratamento de saúde do remetente pessoa física residente no Brasil ou de seus dependentes.

Rose de Freitas é a nova líder do governo no Congresso Nacional

Rose de Freitas (PMDB-ES) foi oficializada líder do governo no Congresso. O anúncio foi feito por Renan Calheiros ontem. Ele parabenizou o presidente interino Michel Temer pela escolha.

— Todos os senadores colaboram no dia a dia dos nossos trabalhos, mas, com certeza, nenhum senador ou senadora colabora mais do que Rose de Freitas.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES), Waldemir Moka (PMDB-MS), Aloysio Nunes Ferreira

(PSDB-SP), Benedito de Lira (PP-AL), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Lúcia Vânia (PSB-GO) reforçaram o elogio e comemoraram o restabelecimento da senadora, que sofrera um princípio de AVC (acidente vascular cerebral).

Rose disse ter feito uma escolha pela defesa do país ao aceitar a liderança.

— Quero que todos saibam que essa é uma luta renhida, não só a que eu travei pela vida, mas a que nós travamos pelo Brasil.

Wellington destaca inauguração de aeroporto em MT

Wellington Fagundes (PR-MT) comemorou a inauguração, na segunda-feira, de aeroporto no município de Sorriso (MT), com a decolagem do primeiro voo comercial. O senador informou que a cidade é uma das mais desenvolvidas da região norte do estado.

Ele também anunciou a liberação de recursos do Ministério dos Transportes para a iluminação e melhoria da travessia urbana de Sorriso, cidade que fica à margem da BR-163.

— A liberação de R\$ 4 milhões é fundamental para a geração de empregos.

Amorim acusa governo de Sergipe de descaso com saúde

Eduardo Amorim (PSC-SE) acusou o governo de Sergipe de descaso com a saúde pública no estado, citando o projeto de construção do Hospital do Câncer. Ele afirmou que há quase dez anos propõe emendas ao Orçamento para garantir verba para a obra, mas o governo sergipano ainda não tomou as providências necessárias para viabilizá-la.

A licitação, disse, foi suspensa por ilicitudes e, com isso, o estado já perdeu mais de R\$ 110 milhões do Orçamento por falta do projeto executivo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CT Transportes aquaviários**
8h30 Sabatina de Mário Povia, indicado para ser reconduzido à diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).
- CAS Ciência e tecnologia**
9h Entre os itens na pauta da comissão, proposta que destina parcela do Fundo Social para o desenvolvimento da ciência e tecnologia.
- CCJ Conselho Nacional de Justiça**
10h Sabatina do ministro João Otávio de Noronha, indicado para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2016–2018. Logo depois, votação em turno suplementar de substitutivo a projeto que proíbe doações a candidatos e partidos políticos por servidores ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública direta e indireta.

- PRESIDÊNCIA Comissão Diretora**
11h Renan Calheiros reúne-se com integrantes da Comissão Diretora. Às 16h, preside a ordem do dia do Plenário.
- IMPEACHMENT Testemunhas**
11h Depõem Robson Rung, da Secretaria de Orçamento Federal; Luiz Antonio Cordeiro, do Ministério da Defesa; e Luciano Carlos de Almeida, da Justiça do Trabalho.
- CDH Adoção**
11h Votação de projeto que facilita o processo de adoção.
- PLENÁRIO Pauta trancada**
14h Medida provisória que reduz de 25% para 6% o IR retido na fonte para remessas ao exterior tranca a pauta.
- COMENDA DOM HÉLDER 7ª edição**
15h30 O Conselho da Comenda Dom Hélder Câmara reúne-se para escolher os homenageados da sétima edição.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• **Alô Senado:** 0800 612211
• **Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV



Sessão no Plenário: a maior parte dos senadores acredita que a lei vai ajudar a combater a corrupção nas empresas

Senado aprova projeto que cria a Lei das Estatais

Relator, Tasso Jereissati recusou a maior parte das emendas feitas pela Câmara dos Deputados. Segundo ele, as alterações iam contra a ideia de profissionalização da gestão das empresas estatais

AGENDA BRASIL

O PLENÁRIO APROVOU ontem o substitutivo apresentado pela Câmara ao projeto de lei do Senado que cria a Lei de Responsabilidade das Estatais. No entanto, o relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), acatou apenas três alterações feitas pelos deputados.

O PLS 555/2015 estabelece normas de governança corporativa e regras para compras, licitações e contratação de dirigentes realizadas por empresas públicas e sociedades de economia mista, como a Petrobras. O texto vai à sanção presidencial.

As normas previstas no projeto serão aplicadas a toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, incluindo estatais que exploram atividade econômica, como o Banco do Brasil, as que prestam serviços públicos, como a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e as que exploram atividade econômica sujeita ao regime de monopólio da União, como a Casa da Moeda.

Em seu parecer, Tasso explicou que não poderia acatar todas as emendas apresentadas pela Câmara, por entender que muitas das alterações iriam contra os objetivos que nortearam o projeto, em especial a profissionalização da gestão das estatais. O relator acatou modificações que afastam a possibilidade de choque com a Lei das Sociedades Anônimas e também mudanças relativas aos critérios de escolha dos membros dos conselhos de administração das estatais. Nesse quesito, Tasso Jereissati incluiu dispositivo que considera a experiência como profissional liberal no rol das exigências para investidura em cargo de gestão nas empresas.

A aprovação foi saudada

pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e outros senadores, para quem a iniciativa contribuirá para combater corrupção e casos de má gestão nas estatais, a exemplo do esquema que provocou prejuízos bilionários na Petrobras, investigado pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal.

O líder do governo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), e o senador José Agripino (DEM-RN) destacaram que a aprovação do projeto foi defendida pelo presidente interino Michel Temer, que, a partir de agora, poderá contar com critérios mais objetivos de nomeação dos dirigentes das empresas públicas e sociedades de economia mista.

Já Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou a inclusão do projeto na pauta de ontem e disse que gostaria de ter tido mais tempo para discutir a matéria.

Boas práticas

Pelo texto aprovado, as estatais deverão adotar práticas de governança e controle proporcionais à relevância e aos riscos do negócio. As empresas terão também que divulgar, anualmente, carta com os objetivos de políticas públicas, além de dados operacionais e financeiros que evidenciem os custos da atuação. O objetivo é gerar mais segurança jurídica e aumentar a atuação de órgãos de controle. O texto prevê ainda que as sociedades de economia mista emitam somente ações ordinárias, a fim de garantir a todos os acionistas o direito ao voto, o que não seria possível com ações preferenciais.

O projeto também fixa prazo de dez anos para que as sociedades de economia mista listadas na bolsa tenham pelo menos 25% de suas ações em circulação no mercado. O objetivo é garantir liquidez e facilitar a eleição de membro do conselho de administração pelos minoritários.

As licitações seguirão o previsto no Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), permitindo a execução mais rápida dos contratos.

O texto revoga, no entanto, as leis que autorizam o presidente da República a editar decreto que trate de procedimento de licitação simplificado para a Petrobras e a Eletrobras. O decreto que disciplina o processo licitatório usado atualmente pela Petrobras já foi alvo de vários questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU).

As estatais devem implantar uma área de análise de riscos, diretamente vinculada ao presidente da empresa. Quando o presidente for suspeito de estar envolvido em irregularidades, essa área deve se reportar diretamente ao conselho de administração.

Esse conselho não poderá receber indicação de membros feita por ministros, dirigentes de órgãos reguladores, secretários de estado e de município, parlamentares, partidos políticos e diretores da administração pública que não sejam servidores concursados.

Os indicados ao conselho de administração e diretorias deverão ter experiência mínima profissional de dez anos na área de atuação da estatal. O objetivo é evitar indicações de pessoas sem qualificação, que sigam apenas o critério político. Pelo menos 25% dos indicados ao conselho também não poderão ter vínculo com a estatal, seja como empregados, fornecedores ou prestadores de serviço.

Despesas com publicidade e patrocínio feitas por empresa pública e sociedade de economia mista não poderão ultrapassar, em cada exercício, o limite de 0,5% da receita bruta do exercício anterior. Em ano de eleição, essas despesas deverão obedecer, ainda, ao limite da média dos três anos anteriores.

Mudança do Supersimples tem 1ª aprovação e volta a análise hoje

O Senado aprovou ontem, em primeira votação, a atualização das regras para o enquadramento das empresas no Supersimples. O texto-base foi aprovado por unanimidade, com 65 votos a favor. Por se tratar de substitutivo, o projeto será submetido a turno extra de votação, que deve ocorrer hoje. Como houve alteração, o texto, se aprovado, voltará para a Câmara. A discussão do projeto havia começado semana passada, mas um grupo de senadores pediu mais tempo para estudar o texto.

Marta Suplicy (PMDB-SP) é autora do substitutivo ao projeto do ex-deputado Barbosa Neto (PLC 125/2015 — Complementar). Ela explicou que o objetivo das alterações é fazer mais empresas aderirem ao Simples. O texto final, disse, foi fruto do entendimento com representantes das Fazendas municipais e do governo federal e contempla algumas das mudanças discutidas com os governadores.

— O projeto representa um impacto que vai ajudar as empresas a não fecharem as portas — declarou a relatora.

Marta destacou que foram apresentadas emendas, por

senadores, e sugestões, pelos governadores e entidades representativas. O texto, disse, tentou contemplar a maioria dos interessados, e os governadores concordaram com as alterações.

Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, a atualização do Supersimples ajudará a gerar empregos. Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e José Aníbal (PSDB-SP) destacaram que as pequenas empresas alavacam a economia. Para Jorge Viana (PT-AC), o projeto é uma contribuição importante para o momento de crise. José Pimentel (PT-CE), Simone Tebet (PMDB-MS) e Ana Amélia (PP-RS) elogiaram Marta pelo relatório. Lúcia Vânia (PSB-GO) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disseram que o texto ajudará a combater o desemprego. Dalírio Beber (PSDB-SC), Reguffe (sem partido-DF), Telmário Mota (PDT-RR), Dário Berger (PMDB-SC), Lasier Martins (PDT-RS), Kátia Abreu (PMDB-TO), Ataídes Oliveira (PSDB-TO), Fátima Bezerra (PT-RN), Armando Monteiro (PTB-PE) e Cristovam Buarque (PPS-DF) também apoiaram a proposta

Renan anuncia renovação na Comissão da Agenda Brasil

AGENDA BRASIL

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que vai renovar hoje a composição da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional. Esse colegiado é responsável pela análise dos projetos da Agenda Brasil, que busca incentivar a retomada do crescimento econômico do país.

Renan explicou que apenas dois dos senadores que integram a Comissão do Desenvolvimento Nacional não fazem parte também da Comissão Especial do Impeachment, daí a necessidade de mudar a composição do grupo de trabalho.

— Como nós precisamos oxigenar a comissão e resguardar a participação dos senadores na Comissão Especial do Impeachment, a renovação é fundamental — esclareceu.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) pediu que na recomposição seja respeitado o critério da proporcionalidade partidária e que os partidos possam indicar os nomes.

Outras duas comissões também serão renovadas,

de acordo com Renan. Uma delas é a de Aprimoramento do Pacto Federativo. A segunda é a Comissão Mista Especial para Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição.

— Temos uma comissão que já regulamentou alguns artigos da Constituição, como o dos direitos dos empregados domésticos. Há ainda a necessidade de regulamentarmos a greve no serviço público. Eu acho que é o caso de fazermos isso, para que não haja dúvidas sobre quem pode e quem não pode exercer esse direito constitucional.

Renan também informou ter proposto ao presidente interino Michel Temer uma parceria entre o Legislativo e o Executivo para avaliarem as obras inacabadas no Brasil. Uma comissão com esse objetivo pode ser anunciada hoje.

— Essa comissão vai ter critérios que irão ao encontro da avaliação orçamentária das prioridades que devemos ter. No passado, tivemos R\$ 250 bilhões de restos a pagar. Há pelo menos 20 mil ou 30 mil obras inacabadas. Isso é um cemitério sem fim.

Mudança na Lei Maria da Penha divide opiniões

Debatedores pediram cautela na discussão de projeto que permite a delegado de polícia aplicar, antes de análise de juiz, medida de proteção à mulher

UM APELO PELA prudência marcou debate sobre mudanças na Lei Maria da Penha promovido ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Prevaleceu a rejeição à tentativa de permitir ao delegado de polícia a aplicação de medidas protetivas de urgência (MPUs) à mulher vítima de violência doméstica ou dependentes, antes de o pedido de proteção ser analisado por um juiz, como é feito atualmente.

Essa é uma das principais alterações sugeridas à norma por projeto de lei da Câmara (PLC 7/2016) em análise na comissão.

— É preciso discutir com a cautela e a responsabilidade que as mulheres merecem. No tocante ao delegado de polícia, a proposta corrompe a Lei Maria da Penha, desequilibra o sistema jurídico e reforça o Estado penal. Não queremos uma superpolícia; queremos uma polícia que cumpra seus deveres constitucionais — defendeu Carmen Hein de Campos, representante do consórcio de ONGs que passou dois anos elaborando o anteprojeto da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006).

A secretária de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça, Fátima Pelaes, foi quem primeiro pediu ponderação no exame do projeto. Já a representante da União Brasileira de Mulheres, Neuza Castanha, se manifestou contra a mudança, que, a seu ver, “viola direitos e fere o paradigma do Estado democrático”.

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), João Ricardo Costa, apontou a “inconstitucionalidade evidente” do PLC 7/2016 ao trocar uma garantia jurisdicional por uma medida administrativa precária.

Essa linha de argumentação focada na prudência ou desfavorável à mudança mais



Senadora Ana Amélia (2ª à dir.) coordena debate com participação de Diana Calazans, Neuza Castanha, Carmen Campos e a promotora de Justiça Valéria Fernandes

polêmica na Lei Maria da Penha foi seguida ainda pelos representantes da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, do Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Proteção imediata

Por outro lado, a defesa da delegação de poderes à polícia para conceder MPUs sem consulta prévia ao juiz foi assumida por entidades ligadas à categoria.

— Esse tema deveria estar acima de qualquer corporativismo. Falo de uma atuação estatal imediata e do direito das vítimas de agressão doméstica que buscam na delegacia uma forma de proteção, socorro e, muitas vezes, de consolo para a dor que sentem — declarou a representante do Fórum Nacional de Delegados de Polícia, Nadine Anflor.

Para a representante da Associação dos Delegados de Polícia Federal, Diana Calazans, a antecipação das MPUs pela autoridade policial não tem o poder de eliminar a violência doméstica, mas é um instrumento a mais para coibir.

— Entendemos que é possível haver antecipação de medidas protetivas para defesa da vítima e que isso não viola a reserva de jurisdição prevista pela Constituição, porque as medidas serão ratificadas posteriormente pelo juiz — afirmou.

Vanessa: projeto não deve ser votado hoje

A procuradora da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), acredita não haver condições para que a Comissão de Constituição e Justiça vote hoje o projeto de lei da Câmara que promove mudanças na Lei Maria da Penha (PLC 7/2016). Convencida de que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados será alterado pelo Senado, a senadora fez apelo por um entendimento entre delegados, juizes e membros do Ministério Público em torno da proposta.

— Não concordo que a medida protetiva demore além do que deve demorar, mas não devemos transformar essa questão em um problema policialesco — disse.

Ela discorda do dispositivo mais polêmico do texto, que dá ao delegado de polícia a permissão para conceder me-

das protetivas de urgência à mulher vítima de violência doméstica sem consulta prévia ao juiz.

A manifestação de Vanessa aconteceu ao final da audiência pública promovida ontem pela comissão. Fátima Bezerra (PT-RN) também reconheceu que a falta de consenso recomendaria um debate mais aprofundado sobre o assunto. Foi com esse objetivo que a senadora prometeu apresentar, com Vanessa e Ângela Portela (PT-RR), requerimento para que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) também discuta a questão.

Estrutura

A cautela na análise de mudanças na Lei Maria da Penha foi reforçada por Ângela, que levantou outro desafio na proteção às mulheres vítimas de

agressão doméstica: a falta de estrutura no aparato policial dos estados.

— Roraima tem somente uma delegacia especializada para 15 municípios, trabalhando com extrema dificuldade — argumentou a senadora.

Quem saiu em defesa do PLC 7/2016 foi Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). O senador disse não ver problema em conferir ao delegado, que pode mandar prender alguém, a permissão para impor aos agressores uma restrição de contato com as vítimas.

— Não consigo entender a lógica de burocratizar uma atitude emergencial de socorro a mulheres expostas à violência, que poderá ser mantida ou revista pelo juiz — argumentou Cássio.

Apesar de conceder a oportunidade de debate sobre o PLC 7/2016, o presidente da comissão, José Maranhão (PMDB-PB), considerou importante não protelar a votação da proposta. Ana Amélia (PP-RS) sustentou que o Congresso não pode se omitir frente à questão e deve trabalhar intensamente para buscar fazer mudanças na Lei Maria da Penha com equilíbrio e consenso.

O projeto tem como relator Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que apresentou voto favorável à proposta.



Senadoras (entre elas, Vanessa, de vermelho) e debatedoras com Maranhão

Comissão avalia texto que obriga Aneel a prestar contas anualmente

Além do projeto que altera a Lei Maria da Penha (PLC 7/2016), a pauta da reunião de hoje da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) inclui, entre outros itens, proposta que torna obrigatório o envio regular de relatório de atividades da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ao Congresso Nacional.

De autoria de Waldemir Moka (PMDB-MS), o PLS 475/2012 recebeu substitutivo

do relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE). O relator alterou a previsão de entrega desse balanço ao Congresso Nacional. Em vez de envio semestral, como estabelece o texto de Moka, o substitutivo exige da Aneel a prestação de contas anual.

Segundo a justificativa do PLS 475/2012, essa exigência se inspirou na lei que estabelece a obrigatoriedade de envio de relatório anual de

atividades da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para o Congresso Nacional (Lei 11.182/2005). A proposta terá votação final na Comissão de Infraestrutura (CI).

Sabatina

Depois da análise de projetos, a comissão fará a sabatina do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) João Otávio de Noronha, indicado para o Conselho Nacional de Justiça

(CNJ) no biênio 2016–2018.

Ao relatar o processo de indicação, Antonio Anastasia (PSDB-MG) destacou o início da trajetória na área jurídica de Noronha, que atuou, entre 1984 e 2002, como advogado do Banco do Brasil. O ingresso dele no STJ aconteceu em 2002. De lá para cá, integrou e presidiu a Segunda Turma do tribunal (especializada em direito público) e a Terceira e Quarta Turmas (especializadas

em direito privado).

O currículo do indicado ao CNJ exibe ainda atuação na Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por ele presidida. Noronha atuou também no Conselho da Justiça Federal, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e na Escola Judiciária Eleitoral.

Veja na pág. 2 como acompanhar a sabatina e participar dela

Gerardo Magalhães/Agência Senado



Pepe (ao lado de Anastasia) garantiu que aportes orçamentários à pasta de Direitos Humanos apenas liberavam o uso de doações, enquanto Miriam Belchior declarou que medidas não afetaram meta fiscal



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ex-ministros: decretos não criaram nova despesa

Em defesa de Dilma, Miriam Belchior e Pepe Vargas disseram à Comissão do Impeachment que aberturas de crédito contestadas na denúncia tinham adequação legal e fiscal

A COMISSÃO ESPECIAL do Impeachment ouviu ontem os ex-ministros Pepe Vargas e Miriam Belchior, que testemunharam pela defesa no processo contra a presidente afastada Dilma Rousseff. Ambos defenderam a adequação legal e fiscal dos decretos orçamentários de 2015 que integram a denúncia contra Dilma. Para os ex-ministros, nenhuma despesa nova foi criada a partir deles.

O hoje deputado federal Pepe Vargas (PT-RS) foi ministro da Secretaria de Direitos Humanos em 2015. Dois dos decretos investigados beneficiaram os Fundos Nacional do Idoso e dos Direitos da Criança e do Adolescente, subordinados a sua pasta. Ele explicou que os aportes orçamentários referiam-se à liberação para o uso de doações, e

não à criação de novas despesas.

— As pessoas jurídicas doam mais ao fim do ano e, conseqüentemente, não há tempo para fazer a execução orçamentária no mesmo exercício. Então, é histórico haver esse superavit financeiro e, no exercício seguinte, ele é suplementado ao respectivo fundo.

Contingenciamento

Miriam Belchior foi titular do Planejamento, mas não estava no cargo no período de edição dos decretos. Ela explicou como funciona o processo de elaboração e avaliação das suplementações orçamentárias e declarou que elas não poderiam ter afetado a meta fiscal, pois são regidas pelo contingenciamento de verbas.

— O sistema é parametrizado e identifica o modo a ser feito. É um processo robusto, que passa pelas equipes técnicas e o decreto chega para a presidenta assinar com confiança absoluta de que todas as exigências legais foram contempladas. Toda a execução está submetida ao contingenciamento e cada área tem limite para empenhar e para pagar — afirmou.

A ex-ministra criticou o fato de o Tribunal de Contas da União (TCU) ter denunciado a metodologia dos decretos apenas em 2015, tendo em vista que o processo adotado na administração pública federal era o mesmo havia 15 anos.

— Antes, em momento algum houve um questionamento desse tipo por uma razão bem simples: porque nunca

afetaram a meta — observou ela.

Pepe Vargas também falou sobre a equalização de taxas de juros do Plano Safra 2014–2015, enquadrada nas pedaladas fiscais. Ele teve contato direto com o plano como ministro do Desenvolvimento Agrário, de 2012 a 2014. O deputado informou que os bancos usam recursos próprios para empréstimos aos agricultores, cabendo ao governo federal apenas cobrir a diferença entre os juros menores previstos no crédito rural e os juros praticados pelo mercado.

— São taxas subsidiadas, em geral com os juros abaixo da inflação. Isso é devidamente normatizado pela Lei do Crédito Agrícola, de 1992, por portarias do Ministério da Fazenda e pelo Conselho Monetário Nacional — detalhou.

Sendo assim, concluiu Pepe, a equalização não representa operação de crédito em favor da União.

Justiça

As outras duas testemunhas ouvidas ontem foram servidores do Ministério da Justiça, que falaram sobre créditos que beneficiaram a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. Orlando Magalhães da Cunha, ex-subsecretário de Planejamento e Orçamento, e Marcelo Minghelli, da Coordenação de Orçamento, consideraram o procedimento um instrumento de gestão “rotineiro”.

Os servidores reforçaram o entendimento de que a abertura de créditos pelos decretos escora-se no contingenciamento de outras verbas e no supe-



O TCU sempre respaldou esses procedimentos, afirmou Orlando Cunha, do Ministério da Justiça

ravit financeiro decorrente de outras fontes. Disseram também que o TCU sempre respaldou os procedimentos.

Orlando Cunha comparou a atitude do governo de Dilma a uma pessoa que já está usando o limite de cheque especial e, mesmo assim, pede o aumento desse limite.

— O TCU achou normal. Por isso questionamos a mudança de entendimento do tribunal. É preciso segurança jurídica para essas decisões — disse.

Hoje, às 11h, a comissão ouve mais três testemunhas: Robson Azevedo Rung, da Secretaria de Orçamento Federal; Luiz Antonio Cordeiro, do Ministério da Defesa; e Luciano de Almeida, da Justiça do Trabalho.

Moreira Manz/Agência Senado



Decretos orçamentários são instrumentos de gestão rotineiros, considerou Marcelo Minghelli

Renan nega mudança Lei na Delação Premiada e reafirma papel do Senado na crise

Apesar de admitir que a Lei da Delação Premiada necessita de aprimoramentos, Renan Calheiros informou que, enquanto ele presidir o Senado, não vai propor ou colocar em análise mudanças na legislação (Lei 12.850/2013).

— Claro que ela precisa ser regulamentada, mas não vou colocar isso em votação enquanto for presidente do Senado, porque não vou desbordar do meu limite. O Senado não é parte da crise que o Brasil vive. O Senado é

a solução. Com equilíbrio, responsabilidade e maturidade o Senado tem procurado dar as respostas que a sociedade cobra — afirmou.

Renan disse que é preciso observar as leis de delações premiadas de outros países para pensar em aperfeiçoar a brasileira. Também ressaltou uma reivindicação da sociedade para punição dos que fecham os acordos.

— Temos que responder perguntas feitas pela sociedade. Será que é correto alguém

que desviou milhões de reais dos cofres públicos fazer uma delação e receber como prêmio salvar grande parte desses recursos desviados? Será que a Advocacia-Geral da União não deve postular a volta desse dinheiro para o Tesouro Nacional?

Para o presidente do Senado, eventuais mudanças na lei devem estar desvinculadas da Operação Lava Jato. Renan acredita que essa ação do Ministério Público e da Polícia Federal é um “avanço

civilizatório”, que ajuda o Brasil a resolver muitos de seus problemas.

— Não podemos permitir essa confusão entre as pessoas que nada têm a ver com a operação e aquelas que deveriam ser responsabilizadas e não o são por causa das narrativas dos que se comprometeram a falar para lavar grande parte do dinheiro que roubaram.

Renan informou que remeteu à Advocacia do Senado o pedido de afastamento do procurador-geral da Repúbli-

ca, Rodrigo Janot, apresentado por duas advogadas na semana passada. Ele reforçou que em momento algum tratou essa questão como uma ameaça a Janot.

— O senador Renan Calheiros, eleito pelo povo de Alagoas, tem o direito de se indignar, mas o presidente do Senado não tem esse direito. Eu não desbordarei do cumprimento do meu papel constitucional. Longe de mim e quem me conhece sabe: ameaçar nunca fez parte do meu dicionário.

Vai a Plenário reajuste para Ministério Público

Comissão de Assuntos Econômicos aprovou aumento para o MPU e o Conselho do MPU, mas adiou para terça-feira votação do reajuste dos servidores do Judiciário da União

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem proposta (PLC 26/2016) de correção dos salários dos servidores do Ministério Público da União (MPU) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que seguirá para o Plenário. Um pedido de vista de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), entretanto, adiou para a próxima reunião da CAE, na terça-feira, a votação de projeto que reajusta os salários dos servidores do Judiciário (PLC 29/2016). As duas propostas já foram aprovadas pela Câmara dos Deputados.

A comissão aprovou também requerimento de Ferraço para debater, em audiência pública, o impacto das propostas sobre as contas da União, dos estados e dos municípios.

Serão convidados o ministro interino do Planejamento, Dyogo de Oliveira, e um representante do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Para Ferraço, a situação econômica do país não permite que se tome decisão com repercussões fiscais de longo prazo sem um amplo debate com a sociedade, “por mais justos que possam ser considerados os pleitos do funcionalismo”.

Parcelas

O PLC 26/2016 prevê reajuste de 12% no vencimento básico de analistas e técnicos do MPU, em oito parcelas, de forma escalonada, de junho de 2016 a julho de 2019. Também eleva o percentual da gratificação de atividade do Ministério Público da União inci-



Ao lado de Roberto Rocha e Pimentel, Jorge Viana apresenta relatório sobre o reajuste do Judiciário

dente sobre o vencimento básico de 90% para 140%, de forma escalonada, até 2019. Assim, um analista do MPU que ganha hoje R\$ 13.219,08 chegará a R\$ 18.701,52 em 2019. Além disso, disciplina a concessão de adicional de qualificação e de gratificações de perícia, de projeto e de atividade de segurança.

O projeto, que recebeu relatório favorável de Valdir Raupp (PMDB-RO), ainda reajusta os valores da retribuição pelo exercício de cargo em comissão a partir de 1º de junho de 2016, que variam de R\$ 3.461,96 a R\$ 14.607,74.

Já o PLC 29/2016 fixa reajuste de 41,47% para os servidores do Judiciário da União, escalonado em oito parcelas,

de junho de 2016 a julho de 2019. Como no Ministério Público, a gratificação judiciária, hoje correspondente a 90% do vencimento básico, chegará a 140% em janeiro de 2019.

O projeto também concede, a partir de janeiro de 2016, reajuste de até 25% para os cargos em comissão. Além disso, técnicos judiciários com curso superior receberão adicional de qualificação, atualmente concedido apenas para os que têm mestrado, doutorado ou especialização.

Problemas

Antes do pedido de vista, o relator, Jorge Viana (PT-AC), afirmou que o projeto foi enviado ao Congresso sem

todos os dados do impacto orçamentário e financeiro dos reajustes. O senador observou que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) torna nulos os atos não acompanhados de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em vigor e nos dois seguintes.

Segundo Viana, não foi apresentado o demonstrativo do impacto da despesa com o reajuste proposto por órgão, destacando ativos, inativos e pensionistas. Além disso, acrescentou, não foi demonstrado se serão respeitados os limites de despesa com pessoal estabelecidos pela LRF. Apesar da omissão, Viana votou pela aprovação do projeto na CAE, com a expectativa de que o Plenário receba os dados antes da aprovação final.

— Caso o Plenário delibere a matéria sem ter recebido as informações necessárias para a apreciação do seu impacto orçamentário e financeiro, o Senado descumprirá o que determina a LRF e a LDO 2016 — advertiu.

Ricardo Ferraço considerou os problemas apontados por Viana como “vícios insanáveis” e pediu vista para que as informações sejam anexadas ao projeto até a próxima reunião da comissão. Também Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse não concordar com a votação na CAE até que sejam cumpridas as exigências da LRF.

Na presidência da reunião, o senador Raimundo Lira (PMDB-PB) anunciou que solicitaria os dados ainda ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Reformas passam por conscientização da sociedade, diz Dário

Reformas sociais e econômicas são emergenciais e vitais para o futuro do Brasil, segundo Dário Berger (PMDB-SC). O senador afirmou que o país vive uma das piores crises da história e lamentou que essas reformas ainda não estejam acontecendo.

Dário criticou o alto índice de desemprego, a alta carga tributária e a precariedade dos serviços públicos e defendeu a reforma política, tributária e da previdência e a revisão do pacto federativo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Jorge Viana defende redução do ICMS para combustível de aviação

Jorge Viana (PT-AC) defendeu o projeto de resolução que fixa em 12% a alíquota de ICMS do combustível da aviação.

— A medida pode baratear o custo dos voos domésticos, já que o imposto não incide sobre viagens internacionais. Hoje, em alguns casos, é mais barato viajar para o exterior do que dentro do Brasil.

O senador disse que, em audiência na Assembleia Legislativa do Acre, os representantes das empresas aéreas reforçaram a tese de que é preciso reduzir o imposto, pois, do total do valor da passagem, 40% se refere ao combustível.

Acir Gurgacz pede ações para fortalecer o agronegócio

Obstáculos de infraestrutura dificultam o aumento da produção e da eficiência da agropecuária no Brasil, segundo Acir Gurgacz (PDT-RO).

O senador defendeu medidas de fortalecimento do agronegócio, como ampliar o crédito e a assistência técnica, para que o setor, de grande importância para a balança comercial, contribua para a superação da crise. Gurgacz sugeriu ao governo discutir com produtores rurais uma relação de prioridades de investimentos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Roberto Muniz quer mais investimentos em infraestrutura

A economia do país perde R\$ 151 bilhões a cada ano que o país deixa de investir em infraestrutura, disse Roberto Muniz (PP-BA). Para o senador, o título de maior produtor de alimentos da América Latina atribuído ao Brasil acaba prejudicado pela precária infraestrutura de transporte que encarece ou chega a arruinar a produção.

A situação, informou, coloca o país na 123ª posição em infraestrutura e transporte entre 140 nações, de acordo com o Fórum Econômico Global.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Elmano: Câmara deixaria Lei das Estatais mais fraca

Antes da aprovação do texto pelo Senado sem as alterações da Câmara, Elmano Férrer (PTB-PI) reclamou das mudanças dos deputados no projeto da Lei das Estatais.

Ele explicou que o texto da Câmara afrouxa os requisitos dos candidatos aos cargos nos conselhos, presidência e diretorias das estatais.

A Câmara reduziu de 25% para 20% o índice de membros dos conselhos das estatais que precisam ser profissionais independentes.



Jefferson Rudy/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burtle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Bancadas terão emendas impositivas em 2017

O relatório preliminar de Wellington ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovado ontem, garantiu às bancadas estaduais três emendas de execução obrigatória

O PRAZO PARA emendas ao relatório preliminar sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 começa hoje e termina no dia 29 deste mês. O texto do senador Wellington Fagundes (PR-MT), aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), contém as regras para apresentação de emendas. E traz como principal novidade a permissão para que as bancadas que representam os estados e o Distrito Federal possam apresentar até três emendas ao anexo de metas e prioridades da LDO, das quais duas serão obrigatoriamente executadas no próximo ano. O anexo lista os programas prioritários do governo.

As emendas deverão tratar de obras de caráter estruturante em andamento ou com projeto executivo aprovado. Também poderão tratar de programas vinculados a políticas públicas em execução. No ano passado, o relatório

preliminar da LDO de 2016, aprovado na comissão, autorizou apenas uma emenda impositiva por bancada. Essas emendas acabaram contempladas com R\$ 3,4 bilhões no Orçamento deste ano.

Wellington afirmou que a mudança facilitará o trabalho das 27 bancadas, compostas pelos deputados e senadores de cada estado da Federação. Segundo ele, grandes bancadas, como São Paulo e Minas Gerais, têm dificuldade para definir apenas uma obra ou programa a ser beneficiado com execução obrigatória.

— Agora, temos a possibilidade de que as bancadas possam definir duas emendas em áreas diferentes dentro do Orçamento — disse o relator.

O aumento do número de emendas impositivas de bancada foi sugerido pela deputada Leandre (PV-PR).

— A partir do momento em que a emenda de bancada é obrigatória, desperta



Presidente da CMO, deputado Arthur Lira anuncia prazo para apresentação de emendas ao relatório da LDO de 2017

o interesse dos estados. O governador vem para junto da bancada para definir qual será a prioridade estruturante no estado. Isso só fortalece o nosso trabalho — disse a parlamentar.

Mais alterações

O relatório preliminar ao PLN 2/2016 tem outra inovação. As comissões mistas permanentes do Congresso

também poderão apresentar três emendas ao anexo de metas e prioridades. O relator havia proposto que a prerrogativa fosse restrita às comissões permanentes das duas Casas.

A inclusão das comissões mistas foi pedida pelo senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). Ao todo, o Congresso tem seis desses colegiados. Entre eles, a própria CMO e a Comissão Mista Permanente

sobre Mudanças Climáticas.

De acordo com o relatório preliminar, os deputados, os senadores, as comissões permanentes das duas Casas legislativas e as mistas permanentes do Congresso poderão apresentar até três emendas ao anexo de metas e prioridades. O número de emendas de texto à parte normativa da LDO é livre, sem limite.

(Com Agência Câmara)

Prioridades serão definidas terça por senadores e Meirelles

O presidente do Senado, Renan Calheiros, acompanhado de outros senadores, reúne-se na terça-feira com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, para definir as prioridades para a economia. Para ele, este será um primeiro passo para estabelecer uma nova agenda positiva.

— Vamos ter com o ministro uma conversa sobre a

conjuntura econômica e as perspectivas. Teremos o tempo necessário para aprofundar essa discussão — afirmou.

Renan também elogiou o acordo de renegociação das dívidas fechado na segunda-feira entre União e estados.

O acordo alonga as dívidas estaduais com a União por mais 20 anos e suspende até o fim de 2016 o pagamento das

parcelas mensais de dívidas dos estados com a União.

Na avaliação do presidente do Senado, foi bastante acertada a decisão do presidente interino Michel Temer de fechar o entendimento.

— Foi feita uma negociação que preserva os interesses da União e dá um fôlego aos estados para que eles possam retomar a normalidade, fazer

investimentos e gerar empregos. Estivemos muito tempo reunidos com os ex-ministros da Fazenda Joaquim Levy e Nelson Barbosa, que ajudaram bastante, mas nenhum ajudou tanto no fortalecimento entre a União e os estados como Meirelles — disse.

Renan declarou ainda que, durante o encontro com Temer, governadores esclai-

receram que alguns estados não têm dívidas públicas, mas débitos com o BNDES.

— Essa é uma questão que ainda precisa ser resolvida. Renegociamos a dívida pública. Acho fundamental, com uma solução jurídica adequada, estender os termos da negociação da dívida pública para a dívida dos estados com o BNDES — defendeu.

Benedito elogia acordo sobre dívida estadual

Benedito de Lira (PP-AL) elogiou a sensibilidade do governo federal ao firmar acordo em que suspende a cobrança das dívidas dos estados com a União. Com o acordo, avaliou o senador, os estados terão folga no orçamento para regularizar sua situação financeira.

— Agora temos que nos debruçar para também encontrar um caminho para as dificuldades dos municípios — disse, relatando que muitos prefeitos estão abdicando da reeleição por causa da crise financeira.



Jefferson Ruy/Agência Senado



Jefferson Ruy/Agência Senado

Medida ajudará estado a superar crise, diz Raupp

Valdir Raupp (PMDB-RO) qualificou como “acertado” o acordo sobre dívidas estaduais, que, a seu ver, ajudará os estados a atravessar este momento de crise:

— Se depender do Congresso, estaremos aqui para apoiar as medidas acertadas do presidente Temer para tirar o Brasil da crise profunda.

Ele também elogiou a análise feita pelo economista Edmar Bacha sobre os primeiros passos do governo Temer, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*.

Vanessa critica PEC que limita gastos públicos

O atrelamento do acordo sobre as dívidas dos estados à aprovação da proposta que limita o aumento de gastos dos governos ao índice da inflação do ano anterior foi criticado por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Segundo a senadora, a proposição (PEC 241/2016, na Câmara) vai dismantlar o Estado, limitando investimentos em setores como saúde e educação e podendo, por exemplo, prejudicar a compra de medicamentos.

— Até 2018, a projeção é que deixem de ser aplicados em torno de R\$ 170 bilhões. São recursos que poderiam retirar, por exemplo, o meu estado da situação da calamidade pública nesse setor.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Cidinho: política econômica será reestruturada

A população precisa acreditar que a política econômica está sendo reestruturada, disse Cidinho Santos (PR-MT). Segundo o senador, a recessão, apesar de ainda ser profunda, começa a perder força.

Para Cidinho, após o acordo de renegociação das dívidas dos estados com o governo federal, “vai faltar apenas um outro acordo para que a confiança seja retomada: a repactuação das dívidas das pessoas físicas e jurídicas, usando depósitos compulsórios”.

Alvaro: é preciso redistribuir recursos

Alvaro Dias (PV-PR) elogiou a decisão do presidente em exercício Michel Temer de fazer acordo com os governadores em relação à dívida dos estados com a União.

O senador disse que a União tem sido “egoísta” em relação à receita pública e que a desproporcionalidade da distribuição dos recursos arrecadados comprova o estrangulamento do sistema federativo. A revisão do pacto federativo, afirmou, é fundamental para que o país faça outras reformas, como a tributária.



Jefferson Ruy/Agência Senado



Jefferson Ruy/Agência Senado

Hélio José pede novo pacto federativo

Hélio José (PMDB-DF) afirmou que o acordo sobre as dívidas dos estados com a União é apenas paliativo e que outras medidas devem ser adotadas pelos gestores públicos, como melhorias na gestão e redução de privilégios e gastos inúteis.

— O que precisamos é atualizar o pacto federativo da década de 80. As atribuições repassadas aos estados e municípios não são compatíveis com a estrutura de receitas desses entes federados.

Vicentinho presidirá comissão que vai atualizar Código de Aeronáutica

O anteprojeto a ser discutido pelos senadores foi elaborado por um grupo de especialistas que trabalhou no Senado durante um ano

VICENTINHO ALVES (PR-TO) presidirá a comissão especial que analisará o anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica. A expectativa do senador é de que a comissão seja instalada na próxima semana.

Ele foi nomeado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que recebeu ontem a proposta do novo marco regulatório do setor, resultado de um ano de trabalho de uma comissão de especialistas.

A sugestão de atualização do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) é de Vicentinho Alves, que é piloto comercial.

O senador lembrou que o código é de 1986 e precisa se adequar às inovações que ocorreram no setor, como a utilização de veículos aéreos não tripulados, conhecidos como drones.

O vice-presidente do colegiado será Pedro Chaves (PSC-MS). A relatoria ficará sob a responsabilidade de José Maranhão (PMDB-PB).

Instalada em junho de 2015,



Ministro dos Transportes, Maurício Quintella, e Georges Moura, ao lado de Renan Calheiros, que recebe proposta do novo código

a Comissão de Especialistas de Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica reuniu engenheiros, juristas e especialistas do setor aéreo, sob a presidência do professor de direito aeronáutico e aviador Georges Moura.

As sugestões do grupo foram consolidadas em um anteprojeto de novo código aeronáutico, elaborado pela professora Maria Helena Rolim, mestre em direito e pesquisadora na área de estratégia espacial.

Novas regras

O texto do anteprojeto estabelece desonerações em órgãos de fiscalização e regulação, além de isenções ao aerodesporto.

Também equipara benefícios concedidos aos serviços de táxi-aéreo aos que já são dados às linhas aéreas. Entre esses benefícios, estão medidas que levem à ampliação das companhias e ao aumento da concorrência, de modo a gerar vantagens para os consumidores.

Conceitos, sanções, regras de participação de capital externo, novas disposições sobre atraso de voos, normas sobre balonismo e ações em caso de acidentes aéreos também estarão no novo código.

A proposta estabelece ainda que o intercâmbio de aeronaves só poderá ser feito com tripulação brasileira. Esse procedimento ocorre quando uma empresa estrangeira fica com uma aeronave parada em solo nacional, à espera do voo de volta, e, nesse período, uma empresa brasileira usa o avião, conforme contrato.

Para que o intercâmbio ocorra, o texto exige que os tripulantes sejam brasileiros, devido às repercussões na legislação trabalhista do nosso país.



Para Vicentinho, que é piloto comercial, a lei precisa incorporar novas técnicas

Indicado à Antaq será sabatinado hoje

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) deve sabatar hoje Mário Povia, indicado à recondução ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

O relatório de Wellington Fagundes (PR-MT) foi apresentado no último dia 15. A reunião tem início às 8h30.

Povia ocupou interinamente (de dezembro de 2012 a fevereiro de 2014) o cargo de diretor da agência. Ao final desse período, foi indicado a titular do posto, cargo que ocupou até fevereiro deste ano.

Após a sabatina, a CI deve votar a indicação. Se aprovada, seguirá ao Plenário.

Veja na pág. 2 como acompanhar a sabatina e participar dela

Flexa celebra obra no Pedral do Lourenço, no Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comemorou ontem a assinatura da ordem de serviço para o início das obras de derrocamento do Pedral do Lourenço, no Rio Tocantins.

O senador disse que a obra é aguardada pelos paraenses há mais de 25 anos e vai aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional, além de permitir que insumos cheguem à Região Centro-Oeste a preços menores.



Morero, Mantz/Agência Senado

Opinião popular pesa em decisão sobre banda larga, diz Lasier

O presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCT), Lasier Martins (PDT-RS), disse ontem, durante reunião do colegiado, acreditar que a opinião de internautas vai pesar na decisão de senadores sobre a limitação do tráfego de dados na internet de banda larga fixa.

Uma enquête realizada pelo DataSenado sobre a limitação de dados na internet de banda larga fixa mostrou que quase a totalidade dos participantes é contrária à medida. Dos mais de 600 mil internautas que votaram na pesquisa, 99% rejeitaram a limitação, anunciada pelas operadoras de internet para 2017.

A enquête foi motivada pela apresentação de dois projetos que proíbem as operadoras de limitar esses dados em

seus contratos, somados a uma sugestão popular, do Portal e-Cidadania, que tem origem em manifestações dos cidadãos.

Os dois projetos de lei do Senado inserem no Marco Civil da Internet a proibição das franquias: o PLS 174/2016, de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), e o PLS 176/2016, de Eunício Oliveira (PMDB-CE).

— Eu tenho a certeza de que isso vai influenciar a decisão que será tomada lá adiante sobre o Marco Civil da Internet — disse Lasier.

Relator das duas propostas na CCT, o senador Pedro Chaves (PSC-MS) afirmou que a limitação de dados é “extremamente nociva”.

— Hoje a internet não é luxo, é comunicação entre pessoas. Acho que a pesquisa vai ao encontro do pensamento da



Segundo Lasier, pesquisa mostrou que 99% dos consumidores rejeitam limite

sociedade brasileira — ponderou o parlamentar.

Concessão

A comissão aprovou requerimento solicitando informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sobre o pedido de renovação da concessão da rádio Mampituba FM,

localizada em Sombrio (SC).

A emissora foi autorizada em 1990 a explorar por dez anos o serviço de radiodifusão. Para que houvesse a continuidade da outorga, deveria ter pedido uma primeira renovação em 2000, mas, de acordo com o relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), não há sinal da aprovação dessa renovação

pelo Congresso Nacional.

“Aparentemente, essa primeira renovação jamais foi submetida ao Parlamento. No que tange à legalidade do projeto, verifica-se que o pedido relativo à primeira renovação foi apresentado de forma intempestiva. Apesar disso, aparentemente o Ministério das Comunicações recebeu e processou o pedido como se estivesse perfeitamente regular”, observa Cristovam no parecer.

O relator lembra que os prazos inicial e final para os pedidos de renovação de outorgas de radiodifusão são estabelecidos em lei, de modo que “sua inobservância por parte do Ministério das Comunicações é fato relevante que demanda explicações”.

O relatório foi lido pelo senador Pedro Chaves (PSC-MS).